

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

LETICIA MARIANY DOS SANTOS

**O SERVIÇO SOCIAL EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: PERSPECTIVAS PARA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA**

CAMPINAS

2021

LETICIA MARIANY DOS SANTOS

**O SERVIÇO SOCIAL EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: PERSPECTIVAS PARA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Jeanete Liash Martins de Sá

CAMPINAS

2021

LETICIA MARIANY DOS SANTOS

**O SERVIÇO SOCIAL EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: PERSPECTIVAS PARA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado á Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Jeanete Liasch Martins de Sá

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Jeanete Liasch Martins de Sá

Prof.^a Dr.^a Carla da Silva

Assistente Social: Daiane da Silva Teodoro

Campinas, 13 de dezembro de 2021.

Aos meus pais que não me deixaram desistir no processo e que através de suas experiências tanto me inspiraram para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelos milhares de pequenos milagres que realizou em minha vida durante a jornada da graduação. Porque nele vivo e me movo, mediante a fé;

Aos meus queridos pais, Genildo e Selma, por sempre me incentivarem a amar o conhecimento e se desdobrarem para que eu pudesse chegar até aqui;

Aos meus irmãos, Larissa e Aleffe, por me suportarem no processo e sempre me apoiarem no meu sonho;

À minha rede de apoio familiar, agradeço por serem pacientes comigo e me acolherem sempre que preciso - em especial meus primos Giovany e Dayanne que me levaram nas primeiras entrevistas para que eu conseguisse a bolsa de estudos.

Aos amigos da minha comunidade de fé: Luís, Adriana, Luelliton, Denilza, Gabrielle, e outros que provavelmente me esqueci de mencionar – o incentivo de vocês foi muito importante pra mim.

À minha querida amiga Fernanda Waisman, uma das pessoas que mais acreditou em mim nesse processo;

Ao Programa Universidade Para Todos (PROUNI) sem o qual jamais teria a possibilidade de acessar o Ensino Superior.

Aos amigos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas que compartilharam a jornada comigo: Beatriz Camargo, Maria Angélica, Fabiana Gomes, Geisa Mariana, Adriano Casagrande, Jônatas Filipe. Agradeço pelas trocas, pelo suporte, pelos incentivos, os choros e os risos compartilhados;

À minha eterna dupla dos seminários: Natalia Estefane e Michele Cristina. A nossa amizade é também um dos frutos mais preciosos dessa jornada. Celebro cada experiência que vivenciamos juntas.

As profissionais que me supervisionaram durante os estágios: Paulinha, Jocymara, Bete. Essas que me acompanharam no processo de inserção a profissão, sempre tão atenciosas e dispostas a me ensinar; também a Daiane Silva que aceitou fazer parte da banca examinadora - carregamos uma história juntas.

A todas as professoras e professores que contribuíram com meu processo de formação através dos seus conhecimentos; e especialmente a minha querida e excelente orientadora Prof.^a Dr.^a Jeanete Liasch Martins de Sá, que com muita paciência me supervisionou no processo de construção deste trabalho, me apontando caminhos e me acompanhando até a finalização deste.

*Não há saber mais ou saber menos:
há saberes diferentes.*

Paulo Freire

RESUMO

O estudo que se segue apresenta reflexões acerca das perspectivas para intervenção profissional integrada, tendo como pano de fundo o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. A abordagem pretende explorar como assistentes sociais e demais profissionais que estão próximos das crianças e adolescentes, realizam a troca de saberes/informações e opiniões referentes às demandas apresentadas por eles, indicando de que forma essa integração profissional pode subsidiar o assistente social na criação de estratégias de intervenção que sejam mais efetivas. Para isso fora realizada uma exposição teórica a respeito da construção histórica da política de abrigamento, apresentando as mudanças no decorrer dos anos e os paradigmas atuais de tratamento à criança e ao adolescente, considerando também o papel do Serviço Social diante da realidade institucional. Fora também aplicada pesquisa de natureza qualitativa, através de entrevistas realizadas via aplicativos de chamadas de vídeo, com profissionais de diversas áreas inseridos na entidade Cidade dos Meninos, a fim de colher informações a respeito da realidade do trabalho na instituição e fortalecer as discussões propostas pelo tema deste trabalho.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional. Papel Profissional. Integração Profissional. Intervenção Profissional. Serviço Social.

ABSTRACTO

El estudio que sigue presenta reflexiones sobre las perspectivas de la intervención profesional integrada, en el marco del Servicio Institucional de Acogida de la Niñez y la Adolescencia. El enfoque pretende explorar cómo los trabajadores sociales y otros profesionales cercanos a la niñez y adolescencia intercambian conocimientos, información y opiniones sobre las demandas que presentan, indicando cómo esta integración profesional puede apoyar al trabajador social en la creación de estrategias de intervención más eficaz. Para ello, se realizó una exposición teórica sobre la construcción histórica de la política de acogida, presentando los cambios a lo largo de los años y los paradigmas actuales de tratamiento para la niñez y adolescencia, considerando también el rol del Trabajo Social frente a la realidad institucional. También se aplicó investigación cualitativa, a través de entrevistas realizadas a través de aplicaciones de videollamadas, con profesionales de diferentes áreas dentro de la entidad Cidade dos Meninos, con el fin de recabar información sobre la realidad del trabajo en la institución y fortalecer las discusiones propuestas por la temática de este trabajo.

Palabras-clave: Refugio institucional. Papel profesional. Integración profesional. Intervención profesional. Servicio social.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Contextualização histórica do atendimento à infância no Brasil (1889-1985)..	23
QUADRO 2. Contextualização histórica do atendimento à infância no Brasil (1889-1985)..	28
QUADRO 3. Caracterização dos profissionais entrevistados.....	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA BRASILEIRA: CONCEITO E PANORAMA HISTÓRICO.....	15
2.1	Marcos legislativos: os direitos da criança e do adolescente.....	19
2.1.1	Cronologia dos direitos declarados no âmbito internacional.....	19
2.1.2	Cronologia dos direitos declarados no âmbito nacional.....	21
3	ECA: PONTUANDO ALGUMAS MUDANÇAS NO PARADIGMA DE TRATAMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.....	24
3.1	Outras mudanças.....	27
4	O IMPACTO NA QUESTÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	29
4.1	O papel do Serviço Social.....	31
5	DA PESQUISA E SUAS ANÁLISES: O SERVIÇO SOCIAL E AS PERSPECTIVAS PARA INTERVENÇÃO INTEGRADA.....	34
5.1	Metodologia.....	34
5.2	Universo e amostra.....	35
5.3	Instrumental.....	36
5.4	Tratamento dos dados.....	37
5.5	Perfil dos entrevistados.....	37
5.6	Análise das entrevistas.....	39
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	54
	APÊNDICE I – Formulário de entrevista Ccm profissionais da área residencial.....	58
	APÊNDICE II – Formulário de entrevista com os profissionais da área técnica.....	59
	ANEXO I – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	60

1 INTRODUÇÃO

O Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes está inserido na política de Assistência Social Especial de alta complexidade. No decorrer dos anos esse serviço passou por diversas modificações no tocante ao tratamento dado às crianças e adolescentes atendidos. Assim, a cultura de institucionalização em massa antes estabelecida na sociedade como forma de “higienizar” as ruas, através de ações policiais que tratavam as crianças e adolescentes pobres como se fossem delinquentes sociais, fora substituída à medida que considerou esses sujeitos como pessoas de direitos que respaldadas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) devem estar inseridas em programas, projetos, benefícios e serviços que viabilizem o seu pleno desenvolvimento em seus aspectos emocionais, cognitivos e sociais.

Para discutir o tema deste trabalho, entende-se ser necessário incluir no processo de emancipação desses sujeitos (crianças e adolescentes), profissionais que estejam preparados instrumentalmente e na condição de observar, absorver e analisar as subjetividades das crianças e dos adolescentes acolhidos, expressas na realidade institucional. Importante também que estes profissionais sejam capazes de pensar ações integradas com o serviço social (no sentido de trocarem saberes adquiridos, opiniões obtidas e informações compartilhadas referente às vivências das crianças e adolescentes atendidos), a fim de subsidiar melhores estratégias para a intervenção do assistente social, de modo que os objetivos do plano de atendimento construído pelo profissional sejam contemplados com maior eficácia.

Desse modo, além de realizar uma explanação histórica referente à construção do direito das crianças e adolescentes, pontuando as mudanças obtidas no decorrer dos anos até chegar os dias de hoje onde estabelece-se a medida de caráter excepcional do serviço de acolhimento, este trabalho pretende refletir as perspectivas para intervenções profissionais realizadas por assistentes sociais inseridos nesse contexto, a partir de informações agregadas por outros profissionais— considerando que mesmo aqueles profissionais que não componham áreas que impliquem estar fundamentadas em saberes teórico-científicos, podem atribuir qualidade ao plano de atendimento a ser desenvolvido pelo assistente social, tendo em vista que a proximidade diária destes profissionais com as crianças e adolescentes favorecem o vínculo estabelecido, reverberando então no nível de leitura de realidade que eles possam ter sobre as expressões das experiências vividas pelas crianças e adolescentes fora do contexto institucional e que rebatem nas relações estabelecidas dentro do Serviço de Acolhimento.

Para isso, o pesquisador realizou pesquisa de campo, através de entrevistas semi-estruturadas de caráter qualitativo e exploratório, aplicadas de maneira virtual, por chamadas

de vídeo com mães sociais, educadores sociais, pedagoga, psicóloga e assistentes sociais que trabalham na entidade Cidade dos Meninos (instituição filantrópica que presta Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes, bem como desenvolve outros projetos sociais em parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas/SP).

O objetivo geral da pesquisa era de identificar as perspectivas de intervenção integrada numa instituição de acolhimento para crianças e adolescentes, analisando a contribuição do serviço social.

Quanto aos objetivos específicos, pretendeu-se identificar: qual a importância que esses profissionais atribuem ao seu papel na instituição; se haveria/m alguma/s experiência/s de integração de serviços que eles poderiam caracterizar; e qual a contribuição do serviço social para a intervenção integrada. Sendo assim, a pesquisa pretendeu revelar as possibilidades e estratégias elencadas por estes profissionais no tocante às ações pontuando o papel do serviço social frente às propostas apresentadas.

Para a organização deste estudo, foi realizada a divisão do conteúdo em quatro capítulos. O primeiro capítulo discute o conceito de infância e adolescência e apresenta um panorama histórico da construção dos direitos da criança e do adolescente, pontuando os marcos legislativos e dispondo em ordem cronológica os principais acontecimentos referentes à discussão da proteção direcionada à infância e adolescência no âmbito nacional e internacional. Este capítulo apresenta o Código de Menores como sendo a primeira grande política de institucionalização criada no Brasil, e discute a problemática posta a partir dela.

No segundo capítulo o texto discorre a respeito das mudanças no paradigma de tratamento à criança e ao adolescente a partir da Constituição de 1988 e da sanção do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), apresentando também outras mudanças advindas da substituição do Código de Menores referente à substituição de termos utilizados ao referir crianças e adolescentes, orientações de serviços, diretrizes das políticas etc.

O terceiro capítulo foca em apresentar as mudanças na questão da institucionalização a partir da instituição da Constituição de 88 e outras diretrizes levantadas após a promulgação do ECA. Este mesmo capítulo apresenta qual o papel do serviço social diante da realidade institucional.

O quarto capítulo apresenta a pesquisa apontando a metodologia utilizada para analisar as entrevistas realizadas com profissionais da entidade Cidade dos Meninos (conforme supracitado), e dispondo de trechos das falas dos entrevistados, seguido de análise realizada pela pesquisadora.

Por último apresenta-se uma conclusão das análises realizadas, com a proposta de continuidade nos estudos que se referem à perspectiva de intervenção integrada, visto que constatou-se que os profissionais inseridos em instituição de acolhimento ainda não aderiram à orientação de que a institucionalização seja apenas medida de caráter excepcional, portanto faz-se necessário esforços conjuntos para que as crianças e adolescentes sejam fortalecidos e preparados para a reinserção familiar e comunitária, conforme objetivos da política.

2 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA BRASILEIRA: CONCEITO E PANORAMA HISTÓRICO

Muito se fala das concepções que se tem dos termos “infância” e “adolescência”, utilizadas para demarcar as fases da vida que vão desde o nascimento até os 18 anos de idade – conforme Lei no 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Com base no senso comum, quando falado de infância logo remete-se ao pequeno corpo explorando os espaços, descobrindo os sentidos, criando fantasias. E quando relacionado à adolescência compreende-se as mudanças hormonais, as relações e os conflitos que se estabelecem e que muito marcam essa fase da vida.

Há anos autores têm se deleitado em pesquisas e estudos a fim de aprimorar a leitura realizada do que de fato venha ser a experiência de viver essa fase da vida. Dentre eles há aqueles que partem do princípio de que essa é apenas uma questão de determinação de idade cronológica; já outros analisam que está ligado a construções sociais e/ou culturais. De alguma forma, todos tentam contribuir para a construção de saberes e subsidiar melhor as discussões que envolvam esses sujeitos bem como contribuir na emancipação da proteção aos direitos deles.

FROTA apresenta uma leitura interessante quando diz que

“[...] existem diferentes concepções de crianças e de adolescentes que se fazem distintas a partir de diferentes pontos de vista teóricos e que acabam por contribuir para formar múltiplos conceitos desses grupos referidos. Assim, é necessário que pensemos melhor sobre quais são e como se construíram as diferentes concepções de infância e de adolescência na nossa sociedade ocidental.” (FROTA, 2007, p. 145)

Partindo dessa concepção, entende-se que a construção de infância e de adolescência se dá de maneiras múltiplas pois esta pode ser realizada de acordo com a individualidade de cada criança e de cada adolescente, considerando as vivências e a subjetividade que as envolve (por exemplo, fatores sociais, econômicos ou culturais).

Por isso, ao refletirmos sobre a atenção voltada à infância e adolescência no Brasil atualmente, é necessário resgatar alguns fatores socioculturais relevantes da história anterior a criação de leis direcionadas a esse público e cuidados estabelecidos desde então.

Um dos termos utilizados para definir esses sujeitos perante a sociedade foi o conhecido como *infanté* - palavra em latim cujo significado denotava “pessoa sem fala” “quietinhos” (FALEIROS, 2005).

Segundo escreveu FREITAS

Enquanto objeto de estudo, a infância é sempre um outro em relação àquele que a nomeia e a estuda. As palavras infante, infância e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à ideia de ausência de fala. Esta noção de infância como qualidade ou estado de infante, isto é, d’aquela que não fala, constrói-se a partir dos prefixos e radicais linguísticos que compõem a palavra: in = prefixo que indica negação; fante = particípio presente do verbo latino fari, que significa falar, dizer. (FREITAS, 2003, p.229)

Sendo assim, nota-se que desde muito tempo crianças e adolescentes foram classificados como sendo esses sujeitos sem opinião, impossibilitados de se expressarem e se posicionarem enquanto seres sociais, perdurando o pensamento de que o lugar adequado para eles fosse apenas aquele onde fossem achados submissos a outrem, propiciando assim a legitimação de inúmeras situações que os colocasse em risco- como em situações de exploração, de violências ou/e abusos.

Faz-se necessário identificar que a grande maioria dessas crianças e adolescentes eram negras, indígenas ou/e pobres – muitos deles descendentes de povos escravizados, marcados pela opressão de um Estado perverso que mesmo após abolição da escravidão em 1888, seguiu com sua estrutura exclusivista não garantindo as “condições mínimas de sobrevivência ao novo regime assalariado implantado no país em função da substituição do modo de produção econômica” (LIMA.VERONESE, 2012).

As consequências pós-abolicionistas revelam na história que mesmo “livres”, não só escravizados adultos, mas também seus filhos sob condições insalubres e inseguras trabalhavam na tentativa de garantir o mínimo de subsistência para suas famílias.

Conforme LINHARES

O que nos chama a atenção é que para as crianças pobres o trabalho era o caminho mais curto para a idade adulta. Quanto às questões de gênero, existiam possibilidades distintas de funções para o sexo masculino, a vida militar consistia na ação mais viável. A Escola de Aprendizes de Marinheiros recebia anualmente dezenas de meninos com idades médias entre 12 a 14 anos. A eles, também era atribuído os serviços em oficinas, barbearias, pequenas fábricas e em menor proporção os serviços

domésticos. Às meninas, cabia o trabalho doméstico majoritariamente, órfãs ou de famílias pobres. (LINHARES, 2016, p.36)

Nessas condições, a passagem do trabalho escravo para o assalariado apenas configurou uma nova forma de escravidão, caracterizada pelas altas jornadas de trabalho acrescentada as péssimas condições e salário incompatível. Junto a isso, a indiferença do Estado relacionada a proteção devida à infância no tocante a inserção precoce de crianças ao mundo do trabalho como solução às condições de vida que se encontravam (LIMA; VERONESE, 2012).

Diante desse contexto cresce a assistência caritativa ofertada através das igrejas, e reverbera no Brasil o movimento de recolher crianças consideradas em situação de risco, sendo um dos métodos de realizar esse trabalho o conhecido como “roda dos expostos” - sistema onde pessoas que não tinham condição ou por algum motivo não queriam criar seus bebês, os deixavam em uma espécie de dispositivo rotativo instalado nas portas de instituições como orfanatos. De acordo com FREITAS (2003)

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado. (FREITAS, 2003, p. 57)

Esse modelo de assistência, utilizado como forma de “resolver o problema das crianças pobres e abandonadas”, foi se extinguindo à medida que a filantropia se fortalecia enquanto instituição referência na proteção de crianças e adolescentes. Nota-se também que esse contexto era fortemente regido pelo pensamento higienista na tentativa de manter uma ordem social (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

PEREZ e PASSONE assinalam que

Em meados do século XIX, o período conhecido pelas Rodas dos Expostos passaria a ser alvo de críticas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, criando condições para o advento da pediatria no país, bem como as ações de entes privados, com caráter filantrópico, marcadamente influenciados pelo movimento positivista e higienista que se delineava no cenário internacional. Essas mudanças ocorriam influenciadas pela passagem do

império à república e da sociedade escravocrata à organização da sociedade livre e de trabalhadores, período vinculado ao despertar do sentimento de nacionalidade e ao início da industrialização do país. Esse cenário proporcionou o impulso à mudança cultural em relação à infância e o início do sistema de proteção social no país. (PEREZ; PASSONE, 2010, p. 653-654)

Apesar disso, observamos que no processo histórico manteve-se o padrão distintivo entre o que era ofertado aos filhos da elite e o que era ofertado aos filhos dos pobres. Enquanto para uns só lhes era oferecido um lugar como trabalhador informal, o acesso à educação subalterna, ou uma vaga na “casa dos expostos” e orfanatos, a outros era ofertado o acesso à educação formal, o ingresso na faculdade entre outras vantagens.

Veremos ainda que o Estado brasileiro por sua vez ao invés de viabilizar meios para o fortalecimento e proteção desses indivíduos que se encontravam em situação de vulnerabilidade, esforçou-se em “investir na repressão, na coerção social e na criação de institutos disciplinares, como solução para resolver os problemas sociais que se agravavam cada vez mais, da mesma forma em que se mantinha o status quo da classe burguesa e a garantia de seus privilégios” (LIMA; VERONESE, 2012). Assim, aquelas crianças e adolescentes que não fossem incorporadas como mão de obra, eram recolhidas por policiais e encaminhadas a reformatórios e casas de correção, ficando taxados pela sociedade como sendo delinquentes.

Diante desse cenário, somente a partir dos anos 80 através de pressão social e reivindicações que culminaram na reforma da Constituição Federal, teremos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, onde esses indivíduos passarão a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, alvo de ações de oferta de proteção integral e assistência social, contemplados em suas necessidades.

A política social implícita no ECA, definiu que a ação social das novas agências devia superar as condições materiais e oferecer novos estilos ou comportamentos e atitudes que emancipassem o jovem, percebido como sujeito de direitos. A nova política se caracterizou pela modificação da tutela jurídica, substituída pelo compromisso do Estado em oferecer assistência integral, pública, gratuita e universal ao jovem segundo as necessidades de cada fase de seu ciclo de desenvolvimento. (MENDONÇA, 2002, p. 115)

2.1 MARCOS LEGISLATIVOS: OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Neste item serão apresentados alguns marcos importantes na história referente a criação de decretos, leis, normativas, estatutos ou documentos referentes à atenção direcionada à infância e à adolescência.

Será realizada uma linha do tempo dispendo brevemente sobre os principais documentos criados no âmbito internacional quanto aos divulgados em âmbito nacional e que influenciaram no modo como o Brasil passou a oferecer proteção e assistência à infância e adolescência.

2.1.1 CRONOLOGIA DOS DIREITOS DECLARADOS NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Desde o início do século XX começaram a ser criados documentos que pretendiam ampliar a oferta de proteção e assistência à infância e adolescência. Através de tratados internacionais organizados pela ONU (Organização das Nações Unidas), países se reuniram e estabeleceram normativas a servir de referência ao cuidado referente a crianças e adolescentes.

Como resultado desses acordos, temos a Declaração de Genebra proposta em 1924 pelo Conselho da União Internacional de Proteção à Infância ((Save the Children International Union), onde continha determinações “o no sentido de proteção a toda e qualquer criança, sem qualquer tipo de discriminação, prevendo, ainda, que todas elas devem ser auxiliadas e colocadas em plenas condições de possuir um regular desenvolvimento.” (SILVA, 2016, p. 517). Ainda segundo o autor, a Declaração de Genebra também estipulava que órfãos e abandonados deveriam ser recolhidos para que fossem cuidados assim como toda criança.

Em 1927 foi criado o Instituto Interamericano da Criança

Fundado por 10 (dez) países, entre eles o Brasil, Estados Unidos, Cuba, Argentina e Uruguai. Possui como principal objetivo o zelo pelos direitos das crianças, mas também prestar assessoramento legislativo e político-social aos Estados-Membros. (SILVA, 2016, p. 517).

Em 1946 é criado o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que impulsionada pelo pós-guerra estabelece ações emergentes voltadas à atenção às crianças e

adolescentes principalmente aos países europeus e na China. Posteriormente essa atenção se estende aos demais países e chega ao Brasil em 1950.

Em 1948 é aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde estabelece os direitos e deveres individuais partindo do reconhecimento da dignidade humana. Ainda que não tenha sido um documento exclusivo sobre a proteção de crianças e adolescentes, essa Declaração ainda apresentou alguma preocupação no tocante a esses indivíduos conforme prevê no 25º artigo

II- A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social. (ONU, 1948).

Em 1959 é proclamada a Declaração dos Direitos da Criança que apresentou em seu texto 10 princípios a fim de garantir direitos como a liberdade, convívio social, educação, alimentação etc.

Os princípios foram assim identificados

Princípio I – Direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.

Princípio II – Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.

Princípio III – Direito a um nome e a uma nacionalidade.

Princípio IV – Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequada para a criança e a mãe.

Princípio V – Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente.

Princípio VI – Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade.

Princípio VII – Direito à educação gratuita e ao lazer infantil.

Princípio VIII – Direito a ser socorrida em primeiro lugar, em caso de catástrofes.

Princípio IX – Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho.

Princípio X – Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Em 1989 foi constituída a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança que ficou reconhecida internacionalmente como um dos principais documentos representativos dos direitos instituídos na infância e adolescência. A partir da Convenção foi considerada que crianças seriam todas as pessoas menores de dezoito anos de idade (FROTA, 2007, p. 147). Foi através dela também que crianças e adolescentes passaram a ser considerados cidadãos, sujeitos de direitos (FALEIROS, 2005, p.171).

2.1.2 CRONOLOGIA DOS DIREITOS DECLARADOS NO ÂMBITO NACIONAL

A partir do contexto apresentado anteriormente, em 1924 no Brasil é criado o primeiro Juizado de Menores com o objetivo de “prestar assistência e proteção aos menores de 18 anos abandonados ou em situação de delinquência” (MENEGETTI, 2009). Posterior a criação do Juizado de Menores, através do Decreto nº 17.943-A foi estabelecido o Código de Menores (BRASIL, 1927).

Neste documento continham normativas que ao mesmo tempo que apresentavam propostas para a proteção de crianças e adolescentes, estabelecia um estigma quando chamava de “menor” aquela criança ou adolescente que não se adequava às regras sociais impostas pela elite.

Em 12 de outubro de 1927 entrou em vigor o Decreto n. 17.934-A que estabeleceu o primeiro Código de Menores da República e o primeiro da América Latina. O Código de Menores de 1927 classificava as crianças e adolescentes com o rótulo da menoridade, sendo essa normativa legal apenas dirigida aos que eram considerados em situação de abandono e delinquentes [...] (LIMA e VERONESE, 2012, p.31-32)

Segundo FROTA (2007), “menores eram aquelas crianças e adolescentes pobres, pertencentes às famílias com uma estrutura diferente da convencional (patriarcal, com pai e mãe presentes, com pais trabalhadores, com uma boa estrutura financeira e emocional, dentre outros). Aquelas crianças caracterizaram-se como "menores" em situação de risco social, passíveis de tornarem-se marginais e, como marginais, colocarem em risco a si mesmas e à sociedade. Deste modo, tornou-se uma norma social atender à infância abandonada, pobre e desvalida, mas a partir de um olhar de superioridade, na tentativa de salvamento ou de "adestramento".

O Código de Menores apresentava algumas definições sobre “o menor” em situação de abandono, sendo destacadas as situações em que

não tinham habitação certa ou nem formas de subsistência, ter os pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos, e nem ter pessoa responsável por sua guarda e tutela (inciso I); que os pais, tutor ou guardião não tenham condições de garantir a subsistência do menor por condição de pobreza ou que sejam incapazes de cumprir com os deveres do pátrio poder (incisos II e III); que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem (inciso V); que sejam vítimas de maus-tratos,

violência e negligência pelos pais ou quem tenha o dever de guarda (inciso VII). (LIMA e VERONESE, 2012, p.32)

Como medida de proteção, o Código de Menores propunha a institucionalização em massa, prevalecendo mais uma vez a política higienista onde competia a polícia “limpar as ruas” (RIZZINI e PILOTTI, 2009). Nesse sentido, o Estado investiu para que durante as internações as crianças e adolescentes tivessem acesso a profissionalização e a práticas pedagógicas que os “reeducasse” para ao convívio social.

FALEIROS (2005) discorre a respeito dos serviços criados a partir do decreto, e que foram utilizados como “resposta” ao problema social em discussão

Essa prática política para a criança e ao adolescente em situação irregular foi operacionalizada tanto pelo Serviço de Assistência aos Menores (SAM), estabelecido formalmente em 1941, como pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), criada em 1964 pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1946 e pelos serviços de proteção à maternidade e infância da área da saúde, articulados pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr), por muitos anos. Às Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor (Febem), sob a direção da Funabem, cabiam a prevenção e a ação contra o “processo de marginalização do menor”, e, por outro lado, a correção dos “marginais”. O “menor” não deveria ficar à margem da vida considerada normal, conforme o padrão social e moral dominante. A marginalização era definida como “afastamento progressivo do processo normal de desenvolvimento.” (FALEIROS, 2005, p.172).

Em 1979 é aprovada pela Lei n. 6.697, um novo Código de Menores onde adota-se a chamada “Doutrina Jurídica da Situação Irregular”.

O novo Código de Menores, instaurado em 1979, criou a categoria de “menor em situação irregular”, que, não muito diferente da concepção vigente no antigo Código de 1927, expunha as famílias populares à intervenção do Estado, por sua condição de pobreza. A situação irregular era caracterizada pelas condições de vida das camadas pauperizadas da população, como se pode ver pelo artigo 2º da lei n.6.69. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.41).

O quadro a seguir complementa a explanação referente aos marcos históricos apresentados neste trabalho até o período de 1979 – se estendendo um pouco ao ano de 1985. Nele estão sendo pontuados o período dos fatos, as principais normatizações e legislações declaradas e suas principais características.

QUADRO 1. Contextualização histórica do atendimento à infância no Brasil (1889-1985)

Períodos	Principais normatizações e legislações	Principais características
Primeiros passos: marcos legais e normatizações (1889-1930)	<ul style="list-style-type: none"> • Código Criminal do Império (1830) • Lei do Ventre Livre (1871) • Código Penal da República (1890) • Código de Menores (1927) 	<ul style="list-style-type: none"> • Infância como objeto de atenção e controle do Estado • Estratégia médica-jurídica-assistencial
Autoritarismo Populista e o Serviço de Assistência ao Menor (1930-1945)	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento Nacional da Criança (Decreto-Lei n. 2.024 de 1940) • Serviço de Assistência ao Menor (Decreto n. 3.799 de 1941) • Estabelece a Legião Brasileira de Assistência 	<ul style="list-style-type: none"> • Avanço estatal no serviço social de atendimento infantil • Organização da proteção à maternidade e à infância
Democracia populista (1945-1964)	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Colocação Familiar (Lei n. 560 de 1949) • Serviço Nacional de Merenda Escolar (Decreto n.37.106 de 1955) • Instituto de Adoção (Decreto-Lei n. 4.269 de 1957) • Leis das Diretrizes e Bases da Educação (Decreto-Lei n. 4.024 de 1961) 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do aparato legal • Regulamentação dos serviços de adoção
Ditadura militar e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (1964-1985)	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Decreto n. 4.513 de 1964) • Diminuição da idade penal para 16 anos (Lei n. 5.258 de 1967) • Acordo entre o Fundo das Nações Unidas para Infância e o Governo dos Estados Unidos do Brasil (Decreto n. 62.125 de 1968) • Código de Menores (Lei n. 6.697 de 1979) – "Doutrina da Situação Irregular do menor" 	<ul style="list-style-type: none"> • Reordenamento institucional repressivo • Instituição do Código de Menores de 1979 • Contradições entre a realidade vigente e as recomendações das convenções internacionais sobre o direito da infância

Fonte: Perez e Passone (2010)

Observa-se que todas essas políticas repressivas de institucionalização criadas até então, previam o cuidado baseado na negativa de que crianças e adolescentes fossem considerados sujeitos de direitos. Desse modo, eram tratados apenas como objetos participantes da estrutura social.

A ruptura com esse modelo de atenção à infância e a adolescência surge a partir dos movimentos de questionamento a respeito da cultura de institucionalização instaurada no Brasil (fortalecida durante o período ditatorial). No final da década de setenta e início da década de oitenta inicia então uma busca por alternativas ao tratamento dado a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

De acordo com RIZZINI

Este momento histórico de transição política rumo ao processo de redemocratização do país trouxe, no tocante à questão em foco, um outro nível de conscientização para a mudança, impulsionado por diversos fatores. Dentre eles, destacam-se:

(a) a presença de movimentos sociais organizados, que reinauguraram a possibilidade de manifestação e participação popular no período pós-ditadura;

(b) o despontar, a partir dos primeiros anos da década de 1980, de diversos estudos que ressaltavam as consequências da institucionalização sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes e os elevados custos para a manutenção dos internatos [...]

(c) o interesse de profissionais de diversas áreas do conhecimento para atuação neste campo também contribuiu para o aprofundamento da reflexão e da produção sobre a questão;

(d) os protestos dos meninos e meninas internados, expressos nas rebeliões e nas denúncias veiculadas pela imprensa e por depoimentos publicados em diversos livros (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.46)

A partir da Constituição Federal de 1988, veremos que crianças e adolescentes passam a ser contempladas sob um novo modelo de proteção, conforme disposto especificamente no artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Segundo LIMA e VERONESE (2012) “é essa ação articulada entre família, Estado e sociedade que permitirá a construção de mecanismos políticos democráticos capazes de implementar de forma permanente os direitos fundamentais inerentes a crianças e adolescentes”.

3 ECA: PONTUANDO ALGUMAS MUDANÇAS NO PARADIGMA DE TRATAMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Fortalecida pelo contexto da década de 80, em que grande parte da população se encontrou nas ruas reivindicando direitos aos diversos segmentos sociais, o processo de

redemocratização instaurado nesse período favoreceu a discussão para novas formas de prestar assistência. Partindo desse cenário que culmina em mudanças estruturais e políticas, ocorre a substituição do Código de Menores (1979) através da lei nº 8.069 (BRASIL, 1990) que dispõe sobre a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Referente a este período da história, HOLLMANN (2009) assinala

Em 1988 a história da infância do Brasil conquistou enormes afinal graças à participação popular, desencadeou-se um processo de reivindicação pelos direitos de cidadania das crianças e dos adolescentes. Esse movimento conseguiu inscrever suas propostas na Constituição Federal de 1988 e com a sua promulgação, a discussão em torno dos direitos das crianças sou a ser acordo no processo constituinte, bem como a doutrina da proteção integral.

Dessa forma, norteadas pelos princípios constitucionais de 1988 e pela Declaração Universal dos Direitos das Crianças, as organizações mobilizaram a sociedade para uma reforma legal na área da infância e adolescência. (HOLLMANN, 2009, p.26).

Sendo assim, o Estatuto propôs a oferta de proteção integral à criança e ao adolescente (BRASIL) através de um sistema de garantia de direitos que abrange conselhos, promotorias, varas da infância, defensorias, delegacias, SOS, e núcleos de assistência e atendimento (FALEIROS, 2005). O documento dispõe de Títulos onde são abordados os seguintes conteúdos:

- Dos Direitos Fundamentais
- Da Prevenção
- Políticas de Atendimento
- Das medidas de Proteção
- Da prática do ato infracional
- Dos direitos Individuais
- Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável
- Do Conselho Tutelar
- Do Acesso à Justiça
- Dos Crimes e Das Infrações Administrativas

Considerando esses títulos, PEREZ e PASSONE (2010) observaram que o Estatuto é composto de quatro linhas de ações que pontuam os direitos das crianças e adolescentes bem como orientam a política de atendimento a esse público. Partindo dessa leitura, os autores estabelecem a seguinte divisão

- a. as políticas sociais básicas de caráter universal, como saúde, educação, alimentação, moradia etc. (art. 87, item I);
 - b. as políticas e programas de assistência social (art. 87, item II), de caráter supletivo, para aqueles de que delas necessitem;
 - c. as políticas de proteção, que representam serviços especiais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso e opressão (art. 87, item III); os serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos (art. 87, IV);
 - d. as políticas de garantias de direitos, que representam as entidades e os aparatos jurídicos e sociais de proteção dos direitos individuais e coletivos da infância e juventude (art. 87, item V).
- (PEREZ e PASSONE; 2010, p. 666)

Pontua-se que a partir do ECA foram incorporadas mudanças consideráveis relacionadas à estrutura e execução das políticas e dispositivos. LIMA e VERONESE afirmam que “é possível constatar que o Estatuto da Criança e do Adolescente inaugura uma nova fase no Direito da Criança e do Adolescente e é um instrumento normativo comprometido em dar efetividade jurídica aos direitos fundamentais inerentes à infância e adolescência.” (LIMA e VERONESE, 2012, p.56).

Sobre as mudanças observadas a respeito das medidas de proteção contra exploração do trabalho infantil, LINHARES (2016) diz que

A partir da promulgação do Estatuto, surgiram vários debates sobre a exploração e violência contra a criança em território nacional. O trabalho infantil foi o principal alvo das críticas e exigia uma rápida solução. A exploração do trabalho infantil, passou a ser visto como algo que precisava ser combatido através de políticas públicas que assegurassem o bem-estar das crianças brasileiras. (LINHARES, 2016, p. 43)

Destaca-se ainda a substituição do uso do termo “menor” (utilizado na estigmatização de crianças e adolescentes encontradas na situação de desproteção), para o uso do termo que os classifica “cidadãos de direitos”, isto é, aqueles que outrora eram considerados menores delinquentes hoje são reputados sujeitos de direito à proteção integral que deve ser ofertada pela família, pelo Estado e pela sociedade. Segundo FROTA (2007), esse fato “ressignifica a

posição desses sujeitos, os tirando do lugar de "espectador das tentativas de sabê-lo vítima ou responsável pelos descabros sociais. A criança volta a ocupar o seu lugar de um ser humano, de um sujeito construído historicamente, com direitos e deveres que devem ser exercidos hoje, com uma vida concreta que pode ser muito dura e distante do sonho dourado da infância mítica da classe média. Contudo, uma criança.” (FROTA, 2007, p. 150).

3.1 OUTRAS MUDANÇAS

Houve ainda outros acontecimentos significativos que influenciaram o novo modelo de oferta de proteção à infância e adolescência, agregado à questão da assistência às famílias. A seguir, PEREZ e PASSONE apresentam outro quadro que agrega informação no que concerne à contextualização histórica do atendimento à infância e adolescência no Brasil, partindo de 1985 com o processo de redemocratização e acontecimentos posteriores à promulgação do ECA. Ressalta-se que alguns dos fatos presentes no quadro não foram explanados anteriormente neste trabalho.

QUADRO 2. Contextualização histórica do atendimento à infância e à adolescência no Brasil (1985-2006)

Períodos	Principais normatizações e legislações	Principais características
Redemocratização e Estatuto da Criança e do Adolescente (1985 – 2006)	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da República Federativa do Brasil (1988) • Adoção da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (Decreto Legislativo n. 28 de 1990) • Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069 de 1990) • Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.242 de 1991) • Lei Orgânica da Saúde • Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742 de 1993) • Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (Medida Provisória n. 813 de 1995) • Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394 de 1996) • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Portaria n. 458 de 2001) • Criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (Lei n. 10.683 de 2003) • Criação do Programa Bolsa-Família (Lei n. 10.683 de 2003) • Substituição do Ministério da Previdência e Assistência Social pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Lei n. 10.869 de 2004) • Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS n. 145 de 2004) • Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (Resolução CNAS n. 130 de 2005) • Lei Orgânica de Segurança Alimentar (Lei n. 11.246 de 2006) • Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Resolução n. 1 de 2006/Conanda) 	<ul style="list-style-type: none"> • Novo padrão político, jurídico e social • Institucionalização da infância e da adolescência como sujeito de direitos • Descentralização, municipalização, controle e participação social <ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de um sistema de proteção social (saúde, previdência, educação, assistência e desenvolvimento social, trabalho) • Reestruturação do aparato de controle e policiamento

Fonte: Perez e Passone (2010)

4 O IMPACTO NA QUESTÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Com base na análise conjuntural realizada neste trabalho, considerando o objetivo de identificar as perspectivas de intervenção profissional integrada numa Instituição de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, é preciso esclarecer ainda a o impacto que as mudanças causaram na questão da institucionalização de crianças e adolescentes, para que então seja possível refletir sobre o papel do assistente social e as ações integradas na atuação dentro do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

Dito isso, assinalamos que no tocante as práticas de abrigo o Estatuto da Criança e do Adolescente agora dispõe de diretrizes que irão considerar o abrigo apenas em caráter provisório e excepcional, rompendo com as antigas orientações do Código de Menores (1979) que colocava a institucionalização como medida de caráter essencial.

Através de alterações realizadas com a sanção da **LEI Nº 12.010** (2009), o Estatuto pontua no artigo 101º do capítulo II (das Medidas Específicas de Proteção), as seguintes medidas para acolhimento institucional

§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

§ 4º Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei.

§ 7º O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido.

§ 8º Verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de 5 (cinco) dias, decidindo em igual prazo. (BRASIL, 2009)

Assim percebe-se que a intencionalidade da política é remodelada à medida que considera o impacto que o rompimento dos vínculos familiares e comunitários pode causar na qualidade de vida das crianças e adolescentes acolhidos.

Observa-se que a questão da preservação dos vínculos familiares já era pauta de estudo realizado por SILVA, MELLO e AQUINO em 2004

[...] é preciso considerar a prioridade a ser dada à manutenção da criança ou do adolescente no arranjo familiar de origem, seja ele qual for evitando-se a separação e tudo o que isso implica. Em segundo, quando o afastamento é inevitável, há que se pensar em como manter a vivência familiar, seja com a família da qual foram afastados, seja com outras famílias. Ao se falar em manutenção da criança e do adolescente no arranjo familiar de origem, devem ser consideradas as situações de vulnerabilidade que podem resultar em violação de direitos infanto-juvenis no próprio âmbito familiar, assim como a atenção a lhes ser conferida a fim de evitar que o pior aconteça. (SILVA, MELLO e AQUINO; 2004, p. 215)

Logo, esse novo formato de abrigamento indica a necessidade do real compromisso dos profissionais inseridos nesse campo de trabalho com a garantia dos direitos desses sujeitos a fim de possibilitar a reintegração familiar, entendendo que este é o ambiente ideal para se desenvolverem de modo saudável em suas dimensões biopsicossociais – desde que norteadas pelo melhor interesse da criança e do adolescente conforme posto no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2004).

Da mesma maneira, ainda que num primeiro momento não haja a previsão de reinserção ao núcleo familiar, espera-se que a instituição esteja preparada para amparar a criança e ao adolescente como também realizar as intervenções propostas no plano de atendimento individual (conforme diretrizes do artigo 101º do Estatuto), e que este seja realizado de forma humanizada e dentro dos parâmetros de oferta de proteção social.

Segundo as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), essas são as principais atividades a serem desenvolvidas na Instituição

- Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço;
- Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;
- Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários;

- Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários;
- Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores;
- Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;
- Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual;
- Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;
- Preparação da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência);
- Mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso. (BRASIL, 2009)

Considera-se ainda a Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais que vem para padronizar a execução dos Serviços dispostos nas Proteções Básica e Especial, esclarecendo também os objetivos, público, metodologias etc. Dentro da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Serviço de Acolhimento enquadra-se na Proteção Especial de Alta Complexidade - conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Esta resolução inclusive irá reafirmar algumas diretrizes já dispostas nas Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

4.1 O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL

Assim como as práticas de institucionalização, o Serviço Social nasce de um contexto social onde categorias dominantes (a exemplo as instituições religiosas) sob a lógica higienista e conservadora “ajudavam os pobres” e “os ajustava a sociedade” através de ações assistencialistas. Nesse primeiro momento do desenvolvimento da profissão, pode-se comparar essas práticas focalizadas ao que Foucault chama de “teoria geral do adestramento” onde os sujeitos poderiam ser vistos como objetos causadores e alvos de manipulação. Através dessa ideia imperava a noção de que os corpos eram dóceis, portanto, poderiam ser submetidos,

utilizados, transformados e aperfeiçoados conforme o desejo da força maior (FOUCAULT, 1987).

Por muito tempo ficou imprimido a imagem do Serviço Social a concepção de favor e clientelismo, cultura essa que socialmente destituía da profissão o compromisso com a garantia dos direitos sociais à medida que o Estado transferia a entidades privadas a responsabilidade de responder às demandas sociais (DEGENSZAJN, COUTO e YAZBEK, 2012). Essas demandas sociais eram (e ainda são) resultado do entrave entre capital x trabalho, que diante de uma realidade social de exploração repercute no aumento das desigualdades sociais e rebatem nas vivências dos diversos grupos sociais (mulheres, crianças e adolescentes, idosos e sobretudo, trabalhadores). FALEIROS reflete que

A questão do assalariamento parecia encoberta pela própria visão humanista que fazia o Serviço Social aparecer como um sacerdócio, uma atividade benevolente e sem o caráter específico determinado pela sua inserção no processo técnico e social do trabalho.

O trabalho concreto do assistente social encobria seu caráter abstrato. Este trabalho parecia útil em si mesmo aos indivíduos, oferecendo-lhes pequenas compensações na realidade de exploração [...] (FALEIROS, 1997, p. 19)

Diante desses fatores, é possível compreender que a questão do abrigo de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento está ligada ao agravamento das expressões da questão social, entendida como as desigualdades sociais decorrentes principalmente da falta de acesso a qualidade de vida (prejudicada pela exploração do capital que rebate nas famílias no acesso aos seus direitos). Nesse sentido, a profissão ganha novos rumos à medida que se insere como parte da consolidação das políticas públicas de assistência social que irão ofertar proteção social por meio de benefícios, programas, projetos e serviços.

O artigo 203º da Constituição Federal de 1988 delibera que

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir

meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988)

Junto a este compromisso, destacam-se alguns princípios dispostos no Código de Ética (Lei 8.662/93)

- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

GUERRA (2013) analisa que “tais compromissos contemplam uma determinada leitura da realidade e neles estão implicadas uma visão de homem e de mundo e uma perspectiva de sociedade”, ou seja, considera que o exposto no Código de Ética ultrapassa a formalidade das documentações jurídicas, mas expressa um projeto que sob fundamentos teóricos-metodológicos torna-se a lente utilizada pelo profissional na leitura das realidades sociais.

Pontua-se ainda que o assistente social precisa necessariamente subsidiar suas ações a partir das três dimensões postas à profissão, a saber: teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa.

A partir do comprometimento com todas as questões expressas neste capítulo, espera-se que o profissional aplique seus conhecimentos na prática da política de acolhimento institucional utilizando dos seus saberes específicos bem como de seus instrumentos técnicos a fim de cumprir com os objetivos da política.

Foi dito que a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que

os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. (GUERRA, 2000)

Assim, entende-se que diante dos desafios impostos ao exercício profissional dentro do Acolhimento Institucional, é importante que sejam construídas estratégias para realização dos atendimentos considerando as subjetividades de cada objeto da ação, bem como os desafios impostos pela própria realidade institucional. Soma-se também a necessidade de que se tenha de realizar um trabalho articulado com profissionais de outras áreas, com a rede de serviços, e demais políticas (CARDOSO, 2017).

Quanto a isso, o que este trabalho vem propor é a reflexão a respeito das possibilidades que se têm do aprimoramento dos atendimentos a partir do momento que o assistente social compartilha com outros profissionais as suas propostas de ação, tendo em vista que mesmo os trabalhadores cujo raiz do trabalho não está baseado em ideais científicos, podem contribuir com informações e opiniões que subsidiem o aperfeiçoamento da intervenção planejada.

5 DA PESQUISA E SUAS ANÁLISES: O SERVIÇO SOCIAL E AS PERSPECTIVAS PARA INTERVENÇÃO INTEGRADA

5.1 METODOLOGIA

Para realização desta pesquisa fora utilizado o método de pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Classifica-se assim pois tem como objetivo analisar uma determinada realidade considerando suas particularidades e o modo como se expressam - a curto e a longo prazo - nas vivências dos sujeitos participantes (FLICK, 2009), portanto o pesquisador buscou endossar a discussão a respeito da importância da integração entre diferentes profissionais e assistente social dentro do Serviço de Acolhimento Institucional através de análises sobre como os diferentes níveis de leitura da realidade e da ação dos diferentes profissionais, subsidiam a elaboração de estratégias para a ação integrada do assistente social.

Em princípio, podemos afirmar que, em geral, as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 2012, p.80)

Da caracterização dos procedimentos, fora realizada pesquisa bibliográfica através do levantamento de produções científicas que pudessem fortalecer as análises e discussões a serem propostas.

Assim, considerando que “a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse” (NETO, 2002), fora consultado plataformas como SCIELO, Google Scholar, Bibliotecas Digitais de Universidades, além de demais artigos e livros de autores conceituados. Acrescenta ainda a realização de pesquisa de campo combinada com entrevistas semi-estruturadas.

Desse modo, pretende-se aproximar da temática proposta a fim de analisar uma realidade e fomentar reflexão e novos saberes a partir dela (NETO, 2002, p. 51), buscando evidenciar a importância da discussão para dentro da profissão do serviço social.

5.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Esta pesquisa foi aplicada na instituição Esperança Sem Limites - Cidade dos Meninos, que se localiza na região Sul da cidade de Campinas/SP. A instituição é de caráter filantrópico e realiza o acolhimento de crianças e adolescentes quando há a impossibilidade de a família prover a proteção integral desses sujeitos. Essa desproteção configura-se em diversas violências como em casos de abandono, abuso, exploração e negligência.

A instituição se caracteriza nas modalidades de acolhimento institucional (onde realizou-se essa pesquisa) e com o modelo casas lares, tendo assim a capacidade de acolher 100 crianças sendo de 0 a 18 anos de idade.

O serviço ofertado inclui a realização do acompanhamento das crianças através de equipe interdisciplinar formada por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos; estes trabalham com as crianças e adolescentes no sentido de contribuir para superação dos traumas causados pelas violências sofridas e a construção de referência, somando esforços para que a criança e o

adolescente se desenvolva em condições de segurança, mas também com estratégias de fortalecimento e para o restabelecimento dos vínculos familiares (enquanto possível). Além disso, a instituição também promove programa de reforço escolar e projeto de iniciação profissional (ofertado também a comunidade instalada no entorno da instituição).

O universo explorado na aplicação da pesquisa em questão corresponde ao total de 18 funcionários que fazem parte das diversas áreas de trabalho no contexto do acolhimento institucional assim identificadas:

- Equipe técnica: 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 2 pedagogos
- Área Residencial: 6 mães sociais, 6 educadores sociais.

Fora utilizado o tipo de amostragem não probabilística intencional, aplicando a pesquisa a aproximadamente 55% do Universo. Participaram das entrevistas os seguintes profissionais:

- Equipe técnica: 2 assistentes sociais, 1 psicóloga, 1 pedagoga
- Área Residencial: 3 mães sociais, 3 educadores sociais

5.3 INSTRUMENTAL

Do instrumental técnico foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com formulário contendo apenas questões abertas possibilitando aos entrevistados exporem suas opiniões de modo livre, e ao pesquisador a análise de maneira ampliada.

Necessário pontuar que devido o contexto de pandemia por Covid-19 em que a pesquisa foi construída e respeitando as solicitações da coordenação da instituição, as entrevistas foram realizadas de maneira remota, através de aplicativo de chamadas de vídeo como WhatsApp e Zoom, registradas através de gravador de voz e transcritas sob autorização firmada através de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – enviado via e-mail aos participantes. Devido a isso, algumas das entrevistas foram prejudicadas pela má qualidade da rede de internet o que ocasionou no corte da continuidade de algumas falas dos entrevistados. Disto isto, expressa-se que o pesquisador ainda assim realizou esforço para que as reflexões não fossem esvaziadas.

5.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados coletados através das entrevistas foram sistematizados e analisados de maneira qualitativa, agrupados por categorias e expostos à luz da teoria a fim de destacar os resultados da pesquisa fomentando reflexões em torno do tema e buscando evidenciar a importância da discussão para dentro da profissão do serviço social. Desse modo, a pesquisa atende o que BARTELMEBS (2013) expôs ao dizer que

A categorização é uma das operações lógico-matemática que construímos desde nossos primeiros anos de vida. Abstraímos dados da realidade empírica na medida em que construímos categorias cognitivas. Da mesma forma, na análise dos dados de nossas pesquisas, as categorias nos ajudam a organizar, separar, unir, classificar e validar as respostas encontradas pelos nossos instrumentos de coleta de dados. (BARTELMEBS, 2013).

Conforme já explanado anteriormente neste trabalho, convém salientar que o intuito dessa pesquisa é explicitar o nível de compreensão sobre a importância do papel dos profissionais na instituição – considerando os níveis dos vínculos estabelecidos com as crianças e adolescentes. Pretende-se também identificar as experiências de integração de serviços, as possibilidades e estratégias; e analisar a contribuição do serviço social para a intervenção profissional integrada.

5.5 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Este tópico apresenta a caracterização dos sujeitos que participaram das entrevistas, utilizando de abreviações para identificar os entrevistados, a fim de preservar a identidade desses. A seguir será apresentado quadro dispondo dessas informações.

QUADRO 3. Caracterização dos profissionais entrevistados

IDENTIFICAÇÃO	OCUPAÇÃO	TEMPO DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO
F.M	Mãe Social	1 ano e 2 meses
M.M	Mãe Social	2 anos e 2 meses
S.M	Mãe Social	2 anos
A.E	Educador Social (diurno)	27 anos
G.E	Educador Social (noturno)	21 anos
A.E	Educadora Social (diurno)	11 meses
C.A	Assistente Social	10 meses
P.A	Assistente Social	4 anos
F.P	Psicóloga	4 meses
M.P	Pedagoga	2 anos e 5 meses

Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Dentre os 10 entrevistados, 30% possuem menos de 1 ano de experiência na instituição, 50% têm entre 1 e 5 anos de experiência e 20% estão a mais de 20 anos trabalhando na Instituição. Esta variação colocada na amostra de pesquisa, contribuiu para que o pesquisador refletisse por exemplo a questão do impacto que a rotatividade profissional poderia causar ao vínculo estabelecido entre os profissionais e mesmo com as crianças e adolescentes atendidos; considerando que para que o vínculo ocorra é necessário aproximação entre os sujeitos, o que exige um tempo que irá variar de acordo com a subjetividade de cada um deles.

Pontua também que os profissionais que possuem menos tempo de trabalho na instituição, demonstraram em suas respostas determinado padrão. Questiona que seja assim devido a pouca experiência ou a falta de compreensão sobre os objetivos do trabalho.

Quanto ao perfil dos entrevistados, nota-se a predominância de profissionais do sexo feminino o que corresponde a 80% do quadro de entrevistados. Partindo dessa informação, combinada ao que já se apontava no Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, realizado por ASSIS e FARIAS (2013) a respeito da distribuição dos dirigentes dos Serviços de Acolhimento Institucional no Brasil e regiões, onde os autores dispuseram em gráfico as porcentagens de 30,3 dirigentes do sexo masculino para 69,7 dirigentes do sexo feminino,

pode-se inferir que as práticas de cuidado, em especial as direcionadas a crianças e adolescentes, são ainda consideradas uma questão feminina. (ASSIS e FARIAS, 2013, p. 112)

5.6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Este tópico dispõe dos fragmentos e análise das entrevistas realizadas. A análise deu-se a partir das categorias eleitas, sendo estas correspondentes a: importância do papel profissional; integração profissional; entraves encontrados; ação profissional dos assistentes sociais a partir das informações agregadas.

● **Importância do papel profissional**

Nesta categoria serão apresentados os depoimentos que revelam a compreensão dos profissionais da importância do seu papel na instituição de acolhimento de crianças e adolescentes.

- Eu me sinto como uma peça importante. Além da relação que a gente tem com as crianças, o relacionamento da correção de comportamento, da rotina de uma casa; isso faz uma diferença para eles lá fora futuramente [...] a gente se sente como uma peça importante em relação às crianças porque a gente tá ali com eles desde 6:30h da manhã até a hora de colocar pra dormir. É uma medicação, ajudar com uma lição, alimentação, tudo. Então a gente tem uma parte fundamental no trabalho, no desenvolvimento deles, na rotina diária deles (F.M, mãe social)

- Nós trabalhamos na correção de comportamento [...] como o nome da profissão já diz, a “mãe social” faz todo o trabalho da educação, como respeitar aos colegas e pessoas mais velhas, como se comportar dentro e fora da instituição, na mesa de café/almoço, como evitar conflitos, quando eles começam brigar a gente para, senta na mesa e conversa; ensinamos também através da nossa experiência de vida, com o que a gente já passou, e tentamos ajudar de alguma forma. (M.M, mãe social)

- [...] eu já entrei com o papel de uma mãe na vida das crianças aqui, porque a gente lida com elas em todas as áreas é sentando para brincar, é questão da escola, é quando está doente é

roupa pra sair, é pentear cabelo é tudo [...] então da mesma forma que eu consigo cuidar delas na questão da estética delas, também tem coisas que são mais físicas e a gente também tem a preocupação com a questão psicológica da criança, sentimental. [...] seguir então assim é um papel muito importante, porque a criança está vindo de uma outra família, ainda mais quando a criança já tem 10 - 12 anos, ela já passou pela família então ela tem o caráter que já começou a ser formado, ela já tem opinião então pra você desconstruir algumas coisas da mente da criança também não é fácil, algumas ideias na cabeça dela que ela acha que é certo [...] então pra você desconstruir isso da cabeça da criança também não é assim da noite pro dia [...] eles como crianças que passaram por diversas situações ruins, tiveram quebra de confiança com outras pessoas é difícil pra eles confiar na gente também, é difícil deles enxergarem na gente alguém em quem “eu posso confiar, essa pessoa vai me ajudar” é muito difícil, mas com o tempo é possível. (S.M, mãe social)

- Eu graças a Deus tenho colhido boas informações, bons feedbacks; porque assim, das crianças a gente vê o retorno deles para com a gente quando ajudamos em uma lição de casa, quando acompanhamos eles em um passeio, às vezes eles falam assim “mas o tio não vai? Eu queria que o tio fosse também”. Na equipe também, você saber que você conta como alguém da equipe que realmente dá suporte[...]eu sou o tipo de pessoa que procuro ajudar/orientar quem chega, não simplesmente pelo fato de eu ter 27 anos de empresa, mas pelo fato de saber que aquela pessoa vai fazer parte da equipe [...] eu procuro sempre orientar as pessoas para não deixar eles remando sozinho se somos uma equipe. [...] então o nosso trabalho é esse de mostrar esse lado positivo seja de educador, mas de alguém que dá atenção, porque nós vamos ter esse feedback de saber que somos importantes na vida das crianças e na equipe ao todo. (A.E, educador social)

- Eu acho importante meu papel para o acompanhamento do desenvolvimento da criança ou dos requisitos escolares. Também na amizade que se cria com a criança, e o ciclo de confiança que eles têm com a gente [...] eu trabalho a noite, então tem a questão de proteger eles se caso acontecer alguma situação, ou então se eles estiverem passando mal, por exemplo, eu tenho que estar presente [...] fazer o acompanhamento da saúde, dos horários da medicação [...] também planejar recreação, tem dias que a gente joga futebol, tem dias que eu levo eles pra pescar, inventamos um jogo, qualquer coisa. O importante é estar ali junto (G.E, educador social)

- *A minha função no abrigo é fazer correção de comportamento e retenção de conflitos [...] O meu papel no abrigo é ajudar as crianças a se estabelecer e querer cada dia melhorar, se tornar mulheres/homens responsáveis de respeito e de caráter. (A.E, educadora social)*

- *[...] O nosso trabalho é mais técnico, a gente não faz um atendimento clínico, aqui o trabalho é mais técnico. Tudo o que envolve receber a criança, acolher, ver para onde ela vai, com quem ela vai ficar, fazer o trabalho com a família (porque o nosso objetivo é fazer com que essa criança que está abrigada aqui, volte para a família) então é aproximar a família e o adolescente [...] meu papel aqui é trabalhar junto com os outros profissionais para que chegue em uma decisão mais apropriada para essa criança. É sempre buscar estratégias que não prejudiquem os vínculos dela e nem o planejamento dos outros profissionais. Por isso o psicólogo aqui quase não trabalha sozinho [...] (F.P, psicóloga)*

- *[...] acho que cada profissional aqui dentro do abrigo tem a sua importância, tanto que nós somos compostos por vários tipos de profissionais, tem a Assistente Social que cuida da parte de saúde: médico e documentação; tem o Psicólogo que cuida da parte emocional e temos nós que cuidamos da parte da educação e desenvolver as outras áreas. Então, eu vejo que meu papel junto às crianças é muito importante porque eles também têm essas dificuldades e eles precisam de um outro olhar, então as vezes, em uma brincadeira, um jogo ou um desenho a gente consegue se aproximar, criar vínculo, auxiliar nas suas dificuldades ver o crescimento deles ver a evolução [...] É você propor oportunidades, eu tenho a impressão de que a gente propõe oportunidades, a gente dá novos caminhos, a gente escreve uma história [...] (M.P, pedagoga)*

No que tange à perspectiva do Serviço Social, as entrevistadas responderam:

- *Aqui o assistente social realiza o trabalho com a criança acolhida e logo após o nosso trabalho é para que haja a reintegração dessa criança à família - e isso pode ocorrer ou não. [...] Muitas vezes essa família também foi vitimada e existe aquilo que no nosso serviço a gente chama de reprodução, então para romper este ciclo requer um trabalho com a rede, trabalhar a conscientização[...] é bem desafiador, porque não basta só pensar na criança – apesar de ser nosso maior propósito- mas mesmo essa criança na maioria das vezes também está na expectativa pelo retorno à família. Então a gente fica tendo que ‘ser a razão e não a*

emoção'[...] tem que ser muito focado. Esse é o grande desafio para quem escolhe o acolhimento. (C.A, assistente social)

- A assistente social está presente para acolher e muitas vezes identificar as demandas das crianças e adolescentes, tanto em suas necessidades básicas como por exemplo roupas, sapatos, calçados, acessórios como também no cuidado com a saúde como consultas com pediatra, dentista, neuro, e outras necessidades. Também trabalhamos acolhendo as demandas das famílias, identificando as problemáticas e o que seja necessário para auxiliá-las. A principal tarefa do assistente social aqui é trabalhar a criança e a família no motivo que gerou o acolhimento e preparar ambos para que seja possível o retorno ao âmbito familiar[...] (P.A, assistente social)

Das respostas colocadas, observa-se que F.M, M.M e A.E apresentaram um padrão de interpretação referente à questão de o papel profissional estar ligado à “correção de comportamento”. Do contrário do que fora exposto neste trabalho anteriormente, entende-se que a visão que esses profissionais ainda carregam é de que a criança ou o adolescente em instituição de acolhimento necessita enquadrar-se em um uma determinada normativa social/institucional.

Conforme Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009) quanto ao papel do cuidador/educador destaca-se a normativa de que este deve vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes evitando porém “se apossar” delas; o documento ainda orienta sobre a realização de um “acompanhamento sistemático do profissional, incrementado com capacitações continuadas”, ao que propõe a realização de reuniões periódicas de equipe, formação continuada sobre temas recorrentes do cotidiano, estudo de caso ,entre outras atividades que visam o aperfeiçoamento da ação profissional dos cuidadores/educadores e a quebra do estigma colocado sobre as crianças e adolescentes em situação de acolhimento de que precisam “corresponder a correção de comportamento”.

Pontuam-se também as falas que fazem referência à importância do papel profissional quanto ao apoio dado às crianças e aos adolescentes nas atividades habituais e organização da rotina.

Aparecem também respostas que evidenciam que principalmente os profissionais da chamada área residencial, se compreendem no contexto institucional como principal referência de cuidado às crianças e adolescentes, o que se interpreta como sendo os profissionais que

atuam de modo mais subjetivo, ponderando as vivências reproduzidas na realidade institucional.

Paralelamente, os entrevistados da área técnica consentem ao demonstrarem em suas falas que o trabalho a ser realizado por eles terá um viés mais técnico, mais objetivo, firmado nos projetos ético, político ou/e pedagógico de cada profissão.

Assim, entende-se que cada profissional que compõe essas áreas de serviço tem sua importância, visto que nenhum dos entrevistados apresentou discurso negativo que levantasse preocupação quanto a execução das ações profissionais.

Desse modo, a pesquisa revelou que ainda que com objetivos distintos, as profissões se encontram quando pensadas as ações de intervenção a serem desenvolvidas, considerando que o profissional que trabalha sob o viés da subjetividade possui o conhecimento do objeto enquanto o profissional que trabalha orientado pela técnica possui o saber necessário para intervir nesse mesmo objeto, possibilitando assim um impacto que poderá reverberar na resolução de problemáticas apresentadas pelos atendidos na realidade institucional.

- **Integração profissional**

Partindo da compreensão que os entrevistados revelam ter da importância do seu papel, esta categoria aborda como eles analisam o fato de poder através da integração profissional (onde se realiza o compartilhamento de informações e há a troca de opiniões), contribuir com o processo interventivo do assistente social.

- Com a P.A (Assistente social) é com quem eu mais tenho vínculo aqui. Ela cuida de vários meninos da minha casa, é uma relação de muito apoio, eu mando uma mensagem “Preciso de uma orientação, uma ajuda” e ela vem, faz a orientação. Então cada pessoa aqui faz parte desse quebra cabeça e no final a gente vê que dá frutos, funciona. Mas tem que ter uma parceria muito grande, tem que estar aberto a entender o que o outro tá propondo, se faz sentido pro meu trabalho, tem que estar aberto a isso. Entender o propósito de estar aqui e entender que cada um tem uma função, mas que todos tem que estar juntos na mesma visão pra fazer funcionar. (F.M, mãe social)

- Cada criança tem uma psicóloga e uma assistente social de referência, então todo o tempo que ela fica aqui no abrigo ela é acompanhada. Quando é alguma situação que a gente precisa por não estar conseguindo cuidar da criança, se tem alguma dificuldade a gente consegue

conversar com elas, alinhar o que a gente pode fazer, alguma ideia e tem também as pedagogas que ajudam também nessa questão; tem os nossos coordenadores que estão sempre dando apoio pra gente, as vezes dependendo da situação até outros pais/mães sociais auxiliam, então a rede de apoio é bem grande pra gente conseguir dar uma respirada as vezes (risos) e conseguir alinhar algumas coisas para trabalhar da melhor forma. (S.M, mãe social)

- Às vezes a gente fica sabendo de algumas situações e passa para o departamento técnico o ocorrido [...] aprendemos um pouco com eles porque a gente se senta e conversa, eles nos orientam algumas coisas para trabalharmos com as crianças[...] então é importante sim esse trabalho de equipe, tanto do departamento técnico conversando conosco e a gente conversando com eles, trazendo essa troca de informações para que o trabalho flua. [...]da minha parte eu fico feliz quando eu posso compartilhar as informações, quando eu posso ser um facilitador do trabalho, não só do departamento técnico como para todos os departamentos. Eu trabalho boa parte externa, muita das vezes trabalhar com a criança do lado externo do abrigo, é bom para ela se soltar e nisso ela compartilha algumas informações com a gente e a gente passa para o departamento técnico que pode agregar em um bom atendimento para com a criança. (A.E, educador social)

- É importante porque o trabalho em conjunto é que traz resultado, sozinhos não fazemos nada. Quando trabalhamos em conjunto o trabalho flui melhor [...] a gente tem um combinado entre os cuidadores também que quando um colega está cansado ou estressado o outro assume, tomo a direção dos cuidados até ele melhorar, respirar fundo porque o trabalho é intenso e a gente entende isso. Quando a gente observa alguma questão com as crianças ou até mesmo na relação com os colegas que a gente acha importante compartilhar com os técnicos, pedir uma opinião, a gente chama, compartilha uma informação, troca uma ideia. Isso ajuda também no nosso trabalho, porque às vezes as crianças apresentam alguma atitude diferente a gente já sabe observar “aconteceu alguma coisa” ou então “vai acontecer alguma coisa”, faz ali um relatório e passa para o técnico dar uma atenção [...] (G.E, educador social)

- [...] eu não tenho autonomia, nem tenho direito de tomar nenhuma decisão sozinha; todas as decisões são tomadas em relação a qualquer criança ou adolescente, ela é feita em conjunto com assistente social e pedagoga. Toda hora, todo momento preciso recorrer. Por exemplo, às vezes acontece alguma situação entre os meninos adolescentes na casa e o que a gente vai fazer? [...] então junta eu, uma assistente social, o coordenador e o pai social deles; a gente

senta junto com o adolescente e vê o que pode ser feito, mas todas as decisões são tomadas juntos. A psicóloga vai falar “vamos então ligar para o médico dele para conversar, ver se ele quer uma consulta” - a Assistente social “eu vou fazer o acompanhamento, atendimento estratégico, tal coisa”, o pai social “vamos estreitar a relação com ele”. Então assim, sempre que acontece alguma situação a gente precisa tomar as decisões juntos com toda a equipe para ver o que a gente vai fazer de melhor para este adolescente. (F.P, psicóloga)

- [...] nós somos três (assistente social, psicóloga e pedagoga) somos uma equipe multidisciplinar, com várias pessoas para ajudar uma criança que precisa, então é muito importante o meu papel e o papel dos profissionais aqui no abrigo, cada um tem o seu papel mas todos trabalhamos juntos pelo o mesmo objetivo que é ver essa criança evoluindo, se desenvolver, crescer e oportunizar coisas que ela não teria fora. (M.P, pedagoga)

- Se o assistente social não souber trabalhar em equipe, tanto nós como o psicólogo que também são da área técnica, não têm como ter sucesso [...] um precisa do outro porque são olhares muito diferentes. O olhar do Assistente social é muito lógico, ele olha a situação da família e identifica as demandas. O psicólogo coloca a criança para pensar com mais cuidado [...] Os educadores e as mães sociais, nós também temos esse contato com eles, sempre conversando porque eles que ficam mais tempo com essa criança, eles agendam os atendimentos com a gente quando as crianças solicitam [...] eles tem mais conversa e mais tempo com as crianças e nos passam algumas coisas “esse dia ele estava mais alegre” “estava mais triste” ou “reclamou disso” então sempre estamos fazendo uma troca [...] (C.A, assistente social)

- A integração entre os profissionais acontece o tempo todo; é muito importante porque muitas vezes nós assistentes sociais identificamos as demandas das crianças, mas outras vezes quem vai identificar as demandas são os pais/mães sociais que estão mais próximos das crianças e que acabam por compartilhar informações que às vezes a gente não percebe só de estar com a criança ou só de realizar os atendimentos sociais. Assim um contribui com o outro e possibilita que essas demandas sejam supridas. (P.A, assistente social)

Alguns dos entrevistados realizaram o compartilhamento de relatos onde colocaram alguma experiência em que perceberam que ocorreu a integração profissional a fim de intervenção:

- Já aconteceu de eu ter cuidado de uma criança de 8 anos (ele foi um dos piores casos de maus tratos que a instituição recebeu), ele reproduzia tudo, ele gritava o tempo todo com as crianças, ele batia, [...] a gente via ele pensativo o dia todo aí quando chegava à noite ele aprontava alguma coisa, então com ele foi uma situação muito difícil. Mas junto com os outros pais sociais e ajuda técnica, nós fomos fazendo relatórios sobre o comportamento dele e fomos mudando a maneira de lidar com ele. Antes a gente tirava algum privilégio, tipo “não vai na piscina” ou “não vai no passeio” depois a gente passou a pegar ele e ir dar uma volta pra distrair, conversar; passamos a dar mais carinho e funcionou de certa forma. Do jeito que ele chegou e como ele saiu, foi uma forma muito positiva [...] Eu e uma outra mãe social sempre conversávamos, às 'assistente social' e os outros técnicos ajudaram muito na parte de sair com a criança para conversar, e a gente fazia a outra parte [...], ele começou a se abrir com a gente e mudar o comportamento. Cada criança tem seu perfil/personalidade, tem sua história; nem todas a gente pode tratar da mesma forma, eu aprendi muito isso. E trabalhar em conjunto ajudou bastante. (M.M, mãe social)

- Eu vivi uma experiência com uma criança de 15 anos, tive que levar ele para um atendimento no CAPS e lá ele teve um surto, mesmo eu tendo um pouco de experiência com a criança eu vi a necessidade de ter um psicólogo ou assistente social junto para atuar ali. Naquele momento os técnicos do CAPS vieram e foi excelente para conter a criança, deixá-la melhor. Mas assim, no abrigo também é muito necessário ter uma atuação não só do pai social ou do apoio, mas de uma assistente social e de um psicólogo para estar ajudando, trabalhando em conjunto. (A.E, educadora social)

- Faz 21 anos que eu trabalho na instituição, então assim, já vi muita coisa, participei de muitas mudanças. Mas assim, o que mais acontece são situações de eu chegar no trabalho e ver que tem ali uma criança ou um adolescente abatido, e vai passando os dias eu continuo observando ali que ele não está se envolvendo, ta se isolando. Quando eu chego pra perguntar se tá tudo bem, eu tento puxar assunto, dar uma acolhida ali, e então eles acabam falando o que está acontecendo e muitas das vezes eles estão deprimidos com saudades de casa, outros sem esperança assim porque já estão há muito tempo no abrigo sem perspectiva de voltar pra casa [...] nessa alguns vão apresentando falas que chamam a atenção, então tipo “ah, to cansado dessa vida”, coisas desse tipo também pode chamar nossa atenção. Quando isso acontece a gente fica atento, fica mais próximo, abraça mais essa criança/adolescente, pede um apoio ali de um outro cuidador [...] a gente também notifica os técnicos, passa o que a gente observa,

que pode ser bom se eles chamarem aquela criança e fazer um atendimento mais de perto assim. (G.E, educador social)

- Eu atendo uma adolescente de 12 anos e ela está passando por momentos difíceis então ela está se reorganizando, a parte emocional está abalada, tudo nela está abalado, e eu me via com muita dificuldade de auxiliar ela na parte da escola... ela não queria estudar, fazer as atividades, estava com dificuldade de se relacionar com os amigos, e eu estava vendo que eu não estava conseguindo e então conversei com a assistente social “Eu não sei mais o que fazer, como posso agir” , falei com a psicóloga também [...]. Às vezes você também precisa sair um pouco de cena para outra entrar e tentar te ajudar; hoje a adolescente está super bem, conseguimos ajudar ela a se organizar, mas isso só foi possível porque eu consegui dividir o meu problema com outro profissional. (M.P, pedagoga)

De acordo com o que fora apresentado, percebe-se que na grande maioria das respostas há a concepção de que os assistentes sociais são profissionais adequados para realizar a “contenção” ou a mediação de conflitos que conforme BATISTA *et al.* (2013) “aquele capaz de gerenciar os conflitos visando à satisfação das partes envolvidas”.

Sobre a questão da mediação, PONTES (2012) propõe debate quando analisa o Serviço Social como profissão de caráter interventivo, tendo em vista a sua inserção na ordem capitalista e sua atuação nas múltiplas expressões da questão social, considerando “que a intervenção do assistente social se coloca diante deste campo de mediações complexas, que se tornam tanto mais complexo, quanto maior for a quantidade de determinações histórico-sociais, constitutivas do seu tecido social”.

Desse modo, entende-se que a mediação como atribuição do trabalho do assistente social não é mito, considerando que ao ser inserido nesse meio ele acaba por identificar outras demandas que necessitam de atenção; no entanto, é necessário olhar com cuidado para essa questão não a tornando objetivo principal da intervenção profissional.

No mais, observou-se que os entrevistados pontuam o estreitamento dos vínculos como sendo o grande facilitador das intervenções pensadas. Sobre isso FREIRIA e CALDANA (2011) analisam que “as relações estabelecidas entre os educadores do abrigo e os adolescentes são essenciais para proporcionar um pleno desenvolvimento do adolescente, pois estes profissionais, além dos cuidados, também orientam e protegem os jovens acolhidos.” (apud ROMEIRO; MELCHIORI, 2017)

Soma-se a isso, a concepção de que a partir do vínculo estabelecido, os diferentes olhares profissionais postos ali também subsidiam o planejamento do atendimento especializado a ser realizado com cada criança e/ou adolescente, buscando atingi-los em seus aspectos emocionais, cognitivos e sociais.

- **Entraves encontrados**

Do compartilhamento de informações e opiniões a respeito da realidade apresentada no contexto do Acolhimento Institucional, dentre as categorias de análise elegidas neste trabalho buscou-se ainda investigar se haveria entraves a serem pontuados pelos entrevistados no tocante a efetivação da integração profissional principalmente quando relacionado ao assistente social. Dos entrevistados, dois identificaram alguma dificuldade

- [...] *já aconteceu de a gente trabalhar a criança de um jeito e os técnicos de outro, e isso acabava atrapalhando [...]* (M.M, mãe social)

- *Precisa ter muita sensibilidade no olhar para a família principalmente. Como a gente sabe que essa criança/adolescente sofreu alguma violência por causa dela, e normalmente se abre um julgamento para essa família “mas como que fez isso com uma coisinha tão pequenininha? Como deixou essa criança ser vítima de abusos?”, então pode acontecer de correr o risco do profissional não saber como lidar com o histórico da criança [...]* (C.A, assistente social)

Houve também relatos em que os profissionais disseram não encontrar entraves quanto à realização do trabalho conjunto, como é o caso da educadora social A.E :

- [...] *todas as vezes que eu precisei aqui eu tenho tido apoio. Às vezes não acontece na hora porque cada profissional tem outras demandas. Pode acontecer de demorar um pouco mais, as vezes esquecer, mas aí eu vou lá e cobro “não esquece de mim, resolver tal caso”. Então até agora não tive essa questão.*

Dos entraves encontrados no processo de compartilhamento das informações e integração entre os profissionais, fora mencionada a questão da divergência de estratégias referente às decisões a serem tomadas sob dada realidade das crianças e/ou adolescentes.

No que se refere aos profissionais vinculados às crianças e/ou adolescentes, a categoria de análise demonstrou que há uma preocupação com um elemento que se torna extremamente relevante do ponto de vista ético que é o olhar delicado do profissional para com a história da crianças e/ou adolescentes, no sentido de absorver as vivências sem fazer julgamentos.

De acordo com publicação do CFESS (2016), “o preconceito se constitui por meio da permanência de julgamentos de valor provisórios” ao que identifica que este julgamento pode se manifestar “na moral, na política, na cultura, partindo de diferentes classes, grupos sociais e indivíduos, em situações que reproduzam o dogmatismo, o autoritarismo, o julgamento provisório baseado em avaliações parciais e estereótipos, sob diversas referências de valor.” Pontua ainda que “o que caracteriza tais avaliações [...] é a intolerância em face do outro e o julgamento prévio de sua conduta, sem a análise da totalidade de sua prática concreta”.

Como alternativa de combate aos preconceitos que possam ser expressos no cotidiano profissional apresentado na instituição, propõe num primeiro momento que diante de uma tomada de consciência, os profissionais se compreendam também enquanto sujeitos coletivos – isso não significa ter de se desfazer de suas singularidades, pelo contrário, é enquanto indivíduo se situar como parte da totalidade social cujas características se expressam através de diversas formas em suas dimensões socioculturais. Junto a isso, enfatiza-se o compromisso dos profissionais a possibilitar às crianças e adolescentes se desenvolverem em um ambiente que propicie a superação das violências vivenciadas por eles e não o agravamento delas.

Do exposto pelos entrevistados, mencionam também que em algumas situações a intervenção leva um tempo até ser realizada. No tocante a essa observação reflete-se se este “atraso” ocorre devido à alta demanda colocada aos diversos profissionais, inclusive assistentes sociais, o que coloca a estes profissionais a responsabilidade de “elencar” prioridades quanto ao atendimento das demandas.

- **Ação profissional dos assistentes sociais a partir das informações agregadas**

Após explorar como se estabelecem as relações entre os outros profissionais vinculados às crianças e aos adolescentes, verificou-se como os assistentes atribuem importância ao que é compartilhado de informação e opinião referente às situações apresentadas no contexto do cuidado com os acolhidos.

- Não falta trabalho, mas nos falta tempo, porque são muitas trocas e nisso surgem muitas demandas para assistir e a gente fica com a sensação de que sempre está devendo, gostaria de

fazer ainda mais, mas é importante fazer essa intervenção na vida deles (crianças e adolescentes). Às vezes não é o que eles querem, mas o que entendemos que seja o melhor é uma coisa que aprendi é que eles percebem se há uma empatia com a história deles, com a família deles, mesmo que eles tenham sido vitimados. Se eles observarem que o profissional está propondo algo mais duro para ele ou pra família, eles não respondem a proposta e estremecem o vínculo com o profissional. Agora, se eles perceberem que o profissional está acolhendo a história/família deles, então ficam mais próximos, mais ‘amigos’ porque eles têm essa sensibilidade. (C.A, assistente social)

- muitas vezes os profissionais por exemplo os pais/mães sociais ou educadores apresentam pra gente demandas que precisam de uma intervenção mais teórica, mais técnica para, por exemplo, saber lidar com o perfil de cada criança, considerar as características individuais dela e propor um atendimento especializado. Então isso repercute em ações positivas quando trabalhado junto. (P.A, assistente social)

Das respostas obtidas, observou-se que as entrevistadas novamente apresentam como uma das situações emergentes do trabalho integrado, a sobrecarga de demandas - ao que C.A coloca que “não falta trabalho, mas nos falta tempo”.

Sobre isso cabe também refletir que há uma tendência à burocratização do trabalho que implica ao assistente social determinados limites de atuação profissional, o que precariza o seu trabalho à medida que impõe que sejam dadas respostas rápidas às situações problema colocadas, causando assim a fragilização da articulação do serviço social entre as dimensões teórico-metodológico, ético-política e técnico- operativo. Desse modo, observa-se que esta sobrecarga enfrentada prejudica a qualidade do serviço prestado e coloca em risco o compromisso profissional com a questão do aprimoramento intelectual, visto que se falta tempo, então o profissional pouco participa de ações de capacitações, cursos, aprimoramentos referentes à realidade institucional – conforme princípios fundamentais descritos no Código de Ética da profissão.

No que tange às ações das assistentes sociais a partir das informações agregadas, observa-se também que as profissionais acolhem as informações e opiniões adquiridas através da integração profissional, e que quando somada ao manuseio de instrumental técnico conseguem ampliar as possibilidades interventivas no processo de atendimento individualizado e personalizado, agregando qualidade à metodologia do trabalho em Instituição de Acolhimento.

Por último, a categoria manifestou o entendimento de que, nesse campo profissional se faz necessária a viabilização de estratégias interventivas que não sejam somente afetivas (do ponto de vista profissional de querer “agradar” ou temer estremecer os vínculos), mas também efetivas no sentido de garantir a eficiência do atendimento e aproximar as crianças e os adolescentes do acesso aos seus direitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que o processo de construção da assistência social (concomitantemente, à construção dos direitos da criança e do adolescente), não é algo tão antigo assim. Visto que possui apenas 31 anos desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente é possível refletir se devido a isso, discussões de caráter mais “interno” das políticas/serviços de atenção à infância e adolescência ainda não têm sido tão fomentadas.

Percebe-se que muitas coisas mudaram no sentido da instauração do Serviço de Acolhimento e orientações técnicas, mas que na prática ainda existem determinadas diretrizes internas e pensamentos que fazem referência às antigas práticas de institucionalização onde entendia-se por exemplo as instituições como sendo lugar de “recolhimento”, onde se ensina boas práticas, corrige comportamento e tira privilégios conforme a “desobediência” dos acolhidos.

Por outro lado, a pesquisa apresentou que dentro da instituição de acolhimento existem diferentes níveis de leitura da realidade que variam de acordo com o vínculo estabelecido entre o profissional e a criança/adolescente. Este vínculo pode ser fortalecido conforme proximidade dos profissionais às vivências desses sujeitos, ou seja, é preciso considerar fatores como por exemplo: o tempo que o profissional passa junto da criança ou do adolescente (observando que a rotatividade de funcionários pode fragilizar as relações a serem estabelecidas) e o tipo de atenção que é dada às demandas que eles apresentam.

Nesse sentido, o estudo revela que os profissionais inseridos na chamada ‘área residencial’ são os mais favorecidos devido estarem participando ativamente do dia-a-dia das crianças e adolescentes acompanhando-os desde as atividades habituais até à necessidade de levar ao médico, e ainda observar de perto quais são e como se dão as vivências deles dentro do acolhimento institucional. Entretanto, é necessária uma conscientização desses no sentido de aguçar o olhar para captar as peculiaridades presentes na realidade apresentada pelas crianças ou adolescentes.

Da integração profissional observa-se a necessidade de explorar mais as possibilidades e benefícios da realização de ações conjuntas pois constatou-se que na realidade institucional esta ocorre mais de maneira muito genérica, pois grande parte dos profissionais apenas atrelam a presença do outro a um apoio quanto às mediações de conflitos mas faz poucas menções a intervenções integradas no sentido de dar uma atenção maior, pensar um planejamento estratégico para demandas que sejam mais específicas.

Dessa forma o que se propõe é que haja a aproximação entre os profissionais, principalmente do serviço social considerando que o assistente social trabalha a partir das subjetividades dos sujeitos e que essas subjetividades são também conhecidas pelos outros profissionais, e devido a cada um analisar a partir de uma perspectiva podem assim contribuir com a criação um plano de atendimento que melhor contemple a necessidade da criança ou do adolescente em questão.

No que se refere às dificuldades apresentadas para realização das intervenções, observou-se mais uma vez que a falta de comunicação e planejamento integrado acaba fragmentando a ação dos profissionais pois justamente devido a cada um pensar sob uma perspectiva, o atendimento acaba sendo fragilizado à medida que uma intervenção ultrapassa os objetivos da outra; perde-se assim o sentido do atendimento e a qualidade dele.

Há ainda a necessidade de romper com outras duas situações expostas pelos entrevistados: a primeira é o preconceito inculcado ao analisar as vivências postas (a este propõe ações contínuas de formação, capacitação, cursos e outros, que tenham como objetivo aprimorar estes profissionais para o trabalho com as expressões da questão social que rebatem nas dimensões biopsicossociais das crianças e adolescentes, reproduzindo-se em seu modo de falar, pensar ou agir); a segunda situação é referente ao assistente social assumir funções que não estejam de acordo com o projeto ético-político da profissão (deste modo, propõe-se que o profissional reveja quais sejam as prioridades profissionais no contexto institucional).

Por último fica a proposta de continuidade nos estudos que se referem à perspectiva de intervenção integrada, visto que se constatou através do discurso dos profissionais inseridos na instituição de acolhimento, que ainda falta a compreensão de que a institucionalização tem de ser apenas medida de caráter excepcional. Portanto, os esforços conjuntos apontados neste trabalho são necessários principalmente para que as crianças e adolescentes enquanto sujeitos alvo das ações profissionais, sejam fortalecidas e preparadas para a reinserção familiar e comunitária, cumprindo-se assim o objetivo da política de assistência social.

Assim, de acordo com os resultados apresentados, afirma-se que os objetivos dessa pesquisa foram atingidos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires (orgs.). Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.

BARTELMÉBS, Roberta Chiesa. Analisando os dados na pesquisa qualitativa. Brasil. Universidade Federal do Rio Grande: Metodologia de Estudos e Pesquisa em Educação III, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1/1453> . Acesso em: 29 nov. 2021.

BATISTA, Monica; MARTINS, Edla Marcia Gomes; CAMOLESI, Ada Bragion. A atuação do assistente social na mediação de conflitos. **Universitas**, Faculdade Santa Lucia, ano 6, ed. 10, p. 73-88, janeiro/junho 2013. Disponível em: <http://revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/viewFile/16/2> . Acesso em: 2 dez. 2021.

BRASIL. Código de Menores de 1927. Decreto n° 17.943 – A, de 12 de outubro de 1927.

BRASIL. Código de Menores de 1979. Lei n° 6.697, de 10 de outubro de 1979.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. Lei N° 12.010, de 3 de agosto de 2009.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2009.

CASTRO, Ieda Maria Nobre de; MELO, Ana Angélica Campelo de Albuquerque e; PEREIRA, Juliana Maria Fernandes; CARMO, Liliane Neves do. O direito à convivência familiar e comunitária: Apontamentos sobre a trajetória brasileira e reflexões sobre as especificidades da primeira infância: Política de Assistência Social e garantia do direito à convivência familiar de crianças na primeira infância. **AVANÇOS DO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA**, Brasília, p. 244-256, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudos/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia> . Acesso em: 25 nov. 2021.

CARDOSO, Ana Valéria Matias. Serviço De Acolhimento Institucional Infanto-Juvenil E Trabalho Do Assistente Social. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, 26 nov. 2021. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo14/servicodeacolhimentoinstitucionalinfantojuveniletrabalhodoassistentesocial.pdf> . Acesso em: 18 nov. 2021.

CFESS. O assistente social no combate ao preconceito. Brasília, 2016. Disponível em: [CFESS-Caderno01-OqueEPreconceito-Site.pdf](#) . Data de acesso: 01 dez. 2021.

CONANDA. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil / Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). Brasília : IPEA/CONANDA, 2004. 416 p.: il.

CONANDA; CNAS (coord.). **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. 2ª. ed. [S. l.]: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 168 p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021

CONANDA; CNAS; SEDH; MDS (coord.). **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. BRASIL: [s. n.], 2004. 180 p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf . Acesso em: 18 nov. 2021. Declaração Universal dos Direitos das Crianças, 1959. Disponível em: <[DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS - UNICEF \(saude.gov.br\)](#)>. Acesso em: 19 jun. 2021.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita. O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: apresentando a pesquisa, problematizando a política social. **R. Pol. Públ.**, São Luís – MA, p. 453 - 460, outubro 2012. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/1398/3377> . Acesso em: 25 nov. 2021.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> . Acesso em: 1 dez. 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional**. 5. ed. São Paulo: CORTEZ, março 1997. 159 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento**. Repositório do conhecimento do IPEA. Brasília, 2005. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4569/1/bps_n.11_ENSAIO1_Vicente11.pdf . Acesso em: 11 jun. 2021.

FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa: por que e como fazê-la. *In*: FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias COSTA. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. cap. 2, p. 20-38. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/flick%20-%20introducao%20a%20pesq%20quali.pdf . Acesso em: 1 dez. 2021.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed., rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. **Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ: Rio de Janeiro, v. 7, p. 147-160, abril 2007. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a13.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

GUERRA, Yolanda. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades. **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Conselho Regional de Serviço Social (Org.), Rio de Janeiro: CRESS, p. 123-135, 2013. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf> . Acesso em: 18 nov. 2021.

GUERRA, Yolanda. A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf> . Acesso em: 25 nov. 2021.

HOLLMANN, Vera Lúcia. **Da Institucionalização de Crianças e Adolescentes ao Acolhimento Familiar e Institucional**. UNIVATES. Lajeado, 2009. 78 p. Disponível em: [Biblioteca Digital da Univates: Da institucionalização de crianças e adolescentes ao acolhimento familiar e institucional](http://biblioteca.digital.univates.br/da-institucionalizacao-de-criancas-e-adolescentes-ao-acolhimento-familiar-e-institucional). Acesso em: 20 nov. 2021.

LIMA, Fernanda da Silva; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Direito da Criança e do Adolescente: A necessária efetivação dos direitos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, v. 5, 2012. 243 p. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99635>. Acesso em: 11 jun. 2021.

LINHARES, Juliana Magalhães . **História Social da Infância**. 1. ed. Sobral: INTA, 2016. 65 p. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/historia-social-da-infancia/pdf/historia-social-da-infancia.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de. **O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 18, p. 113-120, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000700012> . Acesso em: 19 nov. 2021.

MENEGHETTI, Gustavo. Juízo de Menores, Semana de Estudos, Serviço Social: algumas notas explicativas. UEL: Londrina, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/60%20Ju%EDzo%20de%20Menores_%20Semanas_de_Estudos_Servi%EE7o_Social_final.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES NO BRASIL. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 40, ed. 140, p. 649-673, maio/ago 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200017> . Acesso em: 19 nov. 2021.

PONTES, Reinaldo. A mediação como categoria central da intervenção profissional do assistente social. **Revista Conexão Geraes**, Minas Gerais, ano 1, ed. 2, p. 28, 2.sem 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social; métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 334 p.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, v. 1, 2004. 94 p. Disponível em: http://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

SILVA, Paulo Lins e. **Os tratados internacionais de proteção às crianças e aos adolescentes**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DA FAMÍLIA, X. 2015. Anais [...] Belo Horizonte: IBDFAM, 2016. 515-524 p. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/assets/upload/anais/254.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA ÁREA RESIDENCIAL

QUESTÕES PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM PROFISSIONAIS DA ÁREA RESIDENCIAL
1- Nome
2- Há quanto tempo trabalha no abrigo?
3- Qual a sua função no abrigo?
4- Fale sobre a importância do seu papel e de sua contribuição na instituição de acolhimento de crianças e adolescentes.
5- Você poderia relatar uma ou mais experiências que permitiram o compartilhamento de opiniões sobre as crianças e adolescentes e a integração de serviços ?

**APÊNDICE II – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS DA
ÁREA TÉCNICA**

QUESTÕES PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM PROFISSIONAIS ASSISTENTES SOCIAIS E ÁREA TÉCNICA
1- Nome.
2- Há quanto tempo trabalha no abrigo?
3- Qual a área de trabalho?
4- Fale sobre a importância do Serviço Social na instituição de acolhimento de crianças e adolescentes.
5- Que perspectivas de intervenção profissional integrada você vê na instituição e qual a contribuição do serviço social nesse sentido?
6- Você poderia relatar uma ou mais experiências de integração de serviços na instituição?

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG: _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada na pesquisa de campo referente ao projeto de trabalho de conclusão de curso intitulado: “O serviço social em instituição de acolhimento para crianças e adolescentes: perspectivas para a intervenção profissional integrada”, sob a responsabilidade da aluna: Letícia Mariany dos Santos e orientado pela Profa. Dra. Jeanete Liasch Martins de Sá, desenvolvida através da Faculdade de Serviço Social – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Fui informada, ainda, de que poderei contatar/ consultar a orientadora, a qualquer momento que julgar necessário, através do telefone nº (19) 3343-7019 ou e-mail: jmartinsdesa@puc-campinas.edu.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada(o) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é uma análise da integração do trabalho no Acolhimento Institucional mediada pelo Serviço Social, que resulta em melhores estratégias para intervenção profissional do assistente social.

Fui também esclarecida que o uso das informações por mim oferecidas, são submetidas às normas éticas destinadas a pesquisas envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Minha colaboração se fará de forma autônoma, por meio de pesquisa qualitativa a ser gravada/ acessada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e ou sua orientadora. A aluna responsável pela pesquisa me ofereceu uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Campinas, ____ de _____ de 2021.

Assinatura da participante: _____

Assinatura da aluna: _____